COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



CAMPO DE ESTUDOS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS
ELÓI MARTINS SENHORAS

EDITORA UFRR

CAMPO DE ESTUDOS
SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 35

CAMPO DE ESTUDOS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS
ELÓI MARTINS SENHORAS



BOA VISTA/RR
2018

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

NÚCLEO DE PESQUISA SEMIÓTICA DA AMAZÔNIA

EXPEDIENTE

Revisão:
Cândida Alzira B. M. Senhoras

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

474c SENHORAS, Cândida Alzira Bentes de Magalhães; SENHORAS, Elói Martins

Campo de Estudos sobre a Lei Maria da Penha. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, 84 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 35. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-177-4

1 - Campo científico. 2 - Lei Maria da Penha. 3 - Segurança Pública. 4 - Violência contra a mulher I - Título. II - Senhoras, Cândida Alzira Bentes de Magalhães. III - Série

CDU – 34:364.04

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

Meu sofrimento se transformou em luta!

Maria da Penha Fernandes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 | 23
Campo de Estudos sobre a Lei Maria da Penha

CAPÍTULO 2 | 29
Evolução das Publicações Científicas sobre a Lei Maria da Penha

CAPÍTULO 3 | 57
Estado da Arte no Campo Científico sobre a Lei Maria da Penha

INDICAÇÕES CONCLUSIVAS | 65

REFERÊNCIAS | 69

SOBRE OS AUTORES | 75

Dedico esta obra aos meus amados pais, Ana Elizabeth e Hélio Filho, os quais orientaram minha vida nos caminhos do amor, do conhecimento e da dignidade, sempre me repassando a mais valiosa herança de todas: a Educação!

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

Dedico esta obra a minha mãe, Maria Senhoras, e a todas brilhantes professoras que contribuíram na minha formação e me mostraram caminhos para transformar, honestamente e com o suor do trabalho, sonhos em realidade!

Elói Martins Senhoras

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente livro intitulado Evolução do campo de estudos sobre a Lei Maria da Penha realizou uma análise sistemática e integrativa dos estudos sobre a Lei Maria da Penha durante a década de sua existência sendo o período de 2006 a 2016, objeto da pesquisa a qual analisou o campo científico brasileiro surgido como fruto dos estudos e exploração científica sobre o tema incluindo os estudos sobre os conceitos de violência doméstica e violência de gênero.

Tomou-se como referência a construção teórica do campo científico e a identificação de sua estruturação quanto ao perfil dos pesquisadores, dos grupos de pesquisa e dos programas científicos existentes, apresentando o estado da arte nos debates existentes, quanto, mapear e caracterizar o campo científico sobre a Lei Maria da Penha, com um procedimento de mapeamento de um campo científico a partir de três dimensões identificada sendo fenomenológica, ontológica e epistemológica.

O estudo caracterizou o campo científico de pesquisas sobre a Lei Maria da Penha ao se utilizar dos procedimentos de revisão sistemática dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores, bem como de revisão integrativa dos principais eixos temáticos da pesquisa com um estudo bibliométrico atualizado de textos que refletem o estado da arte no período objeto da pesquisa a qual se dividiu em quatro seções.

Inicialmente, foi realizada a análise sobre a evolução fenomenológica das publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha através de uma revisão integrativa na plataforma científica Google Scholar, utilizando-se de um enfoque bibliométrico que se alicerçou em análise geral da produção científica total e análise específica dos textos mais citados sobre a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e a violência de gênero, identificando o fluxo anual e o estoque acumulado das produções.

Identificaram-se as três fases estruturais de crescimento das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha com sua aceleração

crescente, abrupta desaceleração e desaceleração marginal, onde também foram identificadas as áreas de interesse sobre o tema como o enfoque jurídico, humano, de saúde pública e multidisciplinar e em qual período cada tema foi mais enfatizado e discutido pelos pesquisadores ou grupos de pesquisa.

Também foi confeccionado o ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha com a identificação de três fases de desenvolvimento das pesquisas sobre o tema, demonstrando uma dinâmica evolutiva quanto ao perfil das pesquisas e dos seus pesquisadores e grupos de pesquisa, já que em cada etapa houve um adensamento em escala e escopo da própria comunidade científica.

Realizou-se a caracterização fenomenológica do campo científico sobre a Lei Maria da Penha onde se tomou como referência o procedimento de extração de dados brutos primários com base na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o mapeamento do perfil de quem faz pesquisa no país, resultando na identificação e caracterização de 216 grupos de pesquisa e de 10.026 pesquisadores sobre o tema.

Foi realizada a caracterização dos pesquisadores onde se identificou ser a ampla maioria de brasileiros sendo apenas 22 pesquisadores de origem estrangeira e na maioria residentes permanentes no Brasil, o que confirmou que o campo científico de estudos sobre a Lei Maria da Penha desenvolveu uma agenda nacional e com baixo grau de internacionalização da pesquisa. Foram identificados 2058 pesquisadores doutores e 7.941 de pesquisadores em cursos pós-graduação stricto sensu, lato sensu e graduação.

A pesquisa também identificou que a maioria são pesquisadores-estudantes (79%) e dentre os pesquisadores da elite produtiva, 90 pesquisadores recebem bolsas científicas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Quanto ao gênero dos pesquisadores de produtividade no Brasil é majoritariamente feminino (64%) em relação à presença masculina (36%). Quanto aos pesquisadores estrangeiros há uma participação masculina de 52% e feminina de 48%

Quanto à multidisciplinariedade dos pesquisadores de produtividade, identificou-se que majoritariamente são das áreas de Ciências Humanas (67%) e Ciências da Saúde (18%) em contraposição aos pesquisadores da área de Ciências Jurídicas. As áreas de atuação dos pesquisadores estrangeiros são majoritariamente a áreas soft como Ciências Humanas (55%) e Ciências Jurídicas (40%) em comparação a uma mínima participação da Ciência da Saúde.

O mapeamento e a caracterização dos grupos de pesquisas foram realizados com a extração de dados primários no Diretório de Grupos de Pesquisa, pertencente à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da identificação das seguintes palavras-chave como proxy: "Lei Maria da Penha"; "Violência" + "Gênero"; "Violência + Mulher"; e, Feminicídio, onde foram identificados 216 grupos de pesquisa que trabalham com a Lei Maria da Penha.

A revisão sistemática dos grupos de pesquisa identificou que a evolução geracional dos grupos de pesquisa foi institucionalizada por uma distribuição socioespacial assimétrica com grande concentração nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro com um total de 49 grupos de pesquisa, com um baixo número de grupos em 13 estados das diferentes macrorregiões do país e uma quantidade média de grupos em 6 estados das macroregiões Sul, Sudeste e Nordeste, inexistindo grupos apenas no Acre.

A pesquisa identificou um recorte histórico de constituição do campo científico formado por uma periodização geracional tripartite desenvolvida ao longo de uma década entre os anos de 1986 e 2016 onde a primeira geração de grupos de pesquisa sobre a violência de gênero (1986 e 1995) se concentravam nas áreas de Ciências da Saúde e das Ciências Humanas. Também foi identificado que na segunda geração (1996 e 2005) houve um aumento mais significativo dos grupos de Ciências Humanas

Em 2006, com a emergência da Lei 11.340/2006, os novos grupos de pesquisa não eram apenas das áreas de Saúde e Ciências Humanas, mas principalmente da área de Ciências Jurídicas. O resultado

da evolução quantitativa dos grupos de pesquisa trouxe uma diversificação qualitativa das agendas de pesquisa, resultando em um perfil eclético das áreas sendo 216 grupos de pesquisa (44% Ciências Humanas, 40% Ciências da Saúde, 13% de Direito e 7% de outras áreas).

O livro também identificou quanto aos grupos de pesquisa que trabalham direta ou indiretamente com a temática da Lei Maria da Penha que 139 possuem profissionais do gênero feminino como líderes de pesquisa, representando 64% do universo onde 20% há compartilhamento de liderança entre ambos os gêneros, ou ainda, apenas liderança do gênero masculino em 16% dos grupos e os grupos são oriundos concentradamente de instituições públicas.

O estudo identificou o ciclo de vida do estado da arte sobre a Lei Maria da Penha segundo as áreas de publicação em um universo de 9511 textos. O perfil qualitativo das publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha foi visualizado na evolução do seu ciclo de vida a partir da identificação amostral e comparativa do perfil do estado da arte, o qual tomou como referência os 10 textos mais citados em cada uma das fases.

Em primeiro lugar, a pesquisa mostrou que o estado da arte da Lei Maria da Penha apresenta uma trajetória de evolução do seu ciclo de vida caracterizada por uma tendência de concentração de publicações em dois grandes eixos de áreas temáticas, sendo na área disciplinar das Ciências Jurídicas e na área Multidisciplinar, as quais representam 76% do estado da arte publicado entre 2006 e 2016.

Em segundo lugar, comprovou que a evolução do ciclo de vida do estado da arte sobre a Lei Maria da Penha apresenta uma inversão específica no perfil das publicações, as quais eram inicialmente categorizadas na área das Ciências Jurídicas na primeira fase entre 2006 e 2007, logo após a aprovação da Lei 11.340/2006, e passaram a serem produzidas pela área Multidisciplinar na segunda fase (37%) entre 2008 e 2010 e a partir de 2011 na terceira fase (43%).

Em terceiro lugar, verificou-se a mudança do perfil concentrador das publicações do estado arte na área de Ciências Jurídicas para Multidisciplinar a partir da fase 2 demonstrando uma abertura numérica e qualitativa do perfil de pesquisadores, os quais mudaram o foco sobre

recortes doutrinários e jurisprudenciais e passaram crescentemente a inserirem outros recortes teóricos e metodológicos fomentando de forma positiva o debate e a análise empírica.

Em quarto lugar, as discussões disciplinares da área de Ciências Saúde, dos estudos de enfermagem, medicina e psicologia, ou, da área de Ciências Humanas, principalmente da Sociologia, Educação e Ciência Política, a partir da fase 2, passam por um aumento representando 33%, embora muito rapidamente passem por uma metamorfose a partir da fase 3, quando de discussões disciplinares se tornam em discussões multidisciplinares.

Observou-se que a crescente tendência de abertura teórica e metodológica acabou também se replicando em escala na produção do universo total de 9511 textos em função da tendência multidisciplinar conferida em especial pelas contribuições de pesquisadores que tradicionalmente são pertencentes à área de Saúde Pública, Ciências Humanas, ou, mesmo, das Ciências Jurídicas.

O livro tratou ainda da caracterização epistemológica do estado da arte do campo científico sobre a Lei Maria da Penha, devido a necessidade de se mapear as particularidades existentes no período de construção do conhecimento a partir da identificação do estado da arte que balizou as principais discussões nas 3 fases de evolução do ciclo de vida da produção científica e da disposição dos principais eixos temáticos resultantes destas fases.

Na primeira fase do ciclo de vida das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha, a análise dos textos publicados entre os anos de 2006 e 2007 demonstrou duas características estruturais que foram replicadas em escala nas fases 2 e 3, sendo a co-autoria a partir de grupos de pesquisa e a divulgação científica dos resultados de pesquisa majoritariamente no formato de artigo e de modo marginal em livros.

O mapeamento do estado da arte na primeira fase do ciclo de vida das publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha demonstrou um perfil de textos fundamentados inicialmente em abordagens exploratórias, explicativas e descritivas sobre a nova legislação, razão pela qual há uma concentração de textos da área jurídica, os quais são

publicados em periódicos de rápida publicação ou em editoriais especializados.

Na segunda fase do ciclo de vida das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha, entre 2008 e 2010, verificou-se que a construção epistemológica do estado da arte passou cada vez mais a estar fundamentada em novos debates multidisciplinares ou disciplinares das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas com a modificação do perfil das pesquisas com uma tendência de produção científica com base em um sistema de co-autoria, onde grupos de pesquisa adquiram maior relevância.

Na terceira fase do ciclo de vida das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha, entre 2011 e 2016, ficou evidenciado o recorte multidisciplinar no debate predominante como estado da arte, passando a trajetória científica a estar cada vez mais condicionada a pesquisas com divulgação científica no formato de artigos e em periódicos multidisciplinares destacando-se as da área de Saúde Pública.

Com base nos resultados apresentados nos quadros sintéticos de cada uma das fases do ciclo de vida de produções científicas citadas como estado da arte concluiu-se que a trajetória epistemológica do campo científico sobre a Lei Maria da Penha evoluiu de discussões experimentais de natureza doutrinária e jurisprudencial rumo a discussões etnográficas e avaliativas de natureza híbrida, combinando recortes histórico-teórico-normativos com estudos de caso.

Também foi realizada a caracterização ontológica do estado da arte do campo científico sobre a Lei Maria da Penha adotando o procedimento de revisão integrativa, o qual permitiu levantar os temas centrais neste campo científico tomando como referência os textos científicos que mais influenciaram conforme seus indicadores quantitativos de natureza bibliométrica, a construção sobre o estado da arte sobre a Lei Maria da Penha no Brasil.

No universo de 9511 textos foram selecionados os 500 mais citados, os quais foram lidos parcialmente e logo após à leitura foi realizado um segundo corte, sendo selecionados apenas os 100 textos mais citados e com plena adequação ao assunto da investigação. Após a

leitura dos 100 textos, uma nova filtragem quali-quantitativa foi desenvolvida, resultando na seleção de 10 artigos e 15 temas-chave, que resultaram no plano horizontal, no que chamamos de estado da arte, e, no plano vertical, pelas 15 variáveis de convergência ontológica na temática.

A construção do eixo horizontal foi fundamentada em um processo de duplas rodadas de filtragem quantitativa dos textos científicos mais citados. Na 1ª rodada houve a leitura apenas das seções de resumo e introdução, e, 2ª rodada, a leitura textual foi integral. A construção do eixo vertical, também foi alicerçada em uma dupla filtragem, porém, de natureza qualitativa, em uma primeira rodada, com a seleção de palavras-chave e marcos teóricos, e, em uma segunda rodada a partir da comparação e hierarquização numérica dos principais eixos temáticos existentes.

Foram evidenciados como a Lei Maria da Penha é explorada pelo estado da arte no Brasil, as características da categoria da metodologia utilizada, a categoria do objeto de análise, a categoria do fundamento conceitual, a categoria do foco político, a categoria do foco social assim como a categoria eixos de discussão de como as discussões e pesquisas sobre a Lei Maria da Penha se estruturaram conforme os textos analisados.

Assim, conforme a revisão integrativa do estado da arte das publicações sobre a Lei Maria da Penha, foi possível identificar que as categorias temáticas revelam uma compreensão do perfil eclético da produção científica em termos metodológicos e com foco central ou complementar sobre a Lei 11.340/2006 de onde as discussões sobre a violência com foco na vítima mulher é uma marca característica de um campo científico que se consolida por meio de análises multidisciplinares e institucionais voltadas principalmente ao campo das políticas públicas de Segurança e Saúde Pública.

CAPÍTULO 1

Campo científico sobre a Lei Maria da Penha

CAMPO CIENTÍFICO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

Um campo científico pode ser compreendido como uma complexa construção dinamizada pelos pesquisadores de uma comunidade científica, permeada por relações objetivas e subjetivas, que tanto projetam ideias, discursos e práticas quanto materializam estratégias de cooperação e concorrência, repercutindo assim em um jogo contextualizado pela formação do capital científico e de seu reconhecimento em relação aos pares.

Na construção de um campo científico existe uma apreensão de que sua evolução não acontece de maneira aleatória no tempo e no espaço, mas, antes, envolve uma contextualização histórica de debates, métodos e teorias específicas auto-referenciadas que evolui por meio de uma trajetória de cooperações e competições por parte de uma comunidade científica de pesquisadores.

> Um campo científico tem sido tradicionalmente entendido como qualquer segmento relativamente autônomo dotado de lógica própria; domínio autocontido e auto-referido de atividades, onde os pesquisadores se conhecem e se reconhecem mutuamente, interagem de acordo com as posições que ocupam, mantendo entre si relações de cooperação e concorrência com vistas ao desenvolvimento teórico (SENHORAS, 2015, p. 34).

A construção do campo científico é apreendida maneira distinta, seja como um jogo assincrônico entre diferentes programas de investigação que progressivamente vão sendo substituídos na longa duração (LAKATOS, 1983; KUHN, 1996), seja como um jogo sincrônico permeado pela coexistência de um anarquismo metodológico e de diferentes escolas ou correntes teóricas no qual os pesquisadores se

posicionam buscando consolidar o monopólio da competência científica na curta duração (FEYRABEND, 1977; BORDIEU, 1983; 2004).

Tomando como referência a construção teórica do campo científico e a identificação de sua estruturação quanto ao perfil dos pesquisadores, dos grupos de pesquisa e dos programas científicos existentes, o foco do presente livro finda, tanto apresentar o estado da arte nos debates existentes quanto mapear e caracterizar o campo científico sobre a Lei Maria da Penha.

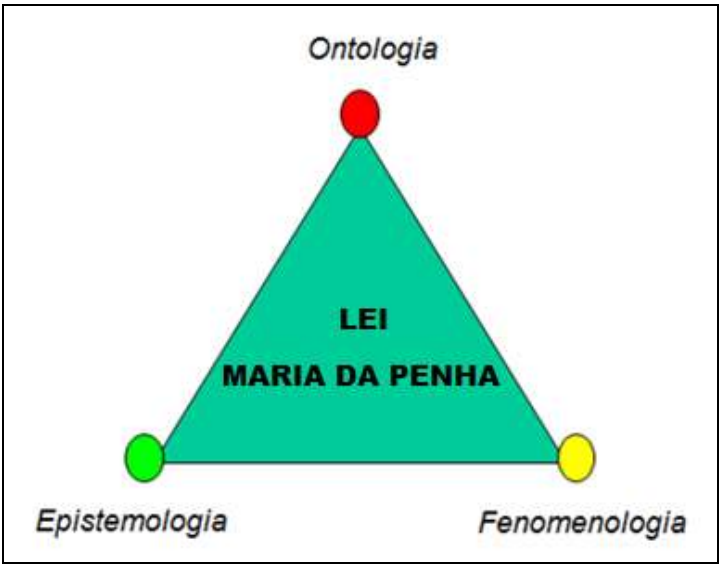
Baseando-se no procedimento de mapeamento de um campo científico a partir de três dimensões presentes na pesquisa (fenomenologia, ontologia e epistemologia), conforme proposto em trabalhos pioneiros de Senhoras (2015), o presente livro caracteriza o campo científico de pesquisas sobre a Lei Maria da Penha ao se utilizar dos procedimentos de revisão sistemática dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores, bem como de revisão integrativa dos principais eixos temáticos do tema, compondo assim, um estudo bibliométrico atualizado de textos que refletem o estado da arte.

A presente obra toma como referência a articulação complementar de três dimensões para compreender o campo de estudos sobre Lei Maria da Penha, sendo elas identificadas, em primeiro lugar, pela análise empírica comparada sobre os estudos por meio da identificação de suas características na comunidade científica brasileira (dimensão fenomenológica), passando sequencialmente pelo mapeamento bibliométrico dos principais eixos temáticos que compõem a construção dos recortes teóricos sobre (dimensão epistemológica), até se chegar à identificação de conceitos essenciais ou nucleares que convergem as distintas discussões (dimensão ontológica).

Em primeiro lugar, a *dimensão fenomenológica* da pesquisa é caracterizada pelo modo como se realizam na prática os estudos sobre a Lei Maria da Penha, correspondendo à identificação do perfil de pesquisas sobre a realidade concreta e à análise do modo específico e diferenciado de como os grupos de pesquisa existentes no país combinam as premissas básicas do núcleo ontológico junto às premissas

auxiliares dos fundamentos teóricos para estruturarem suas pesquisas empíricas.

Figura 1 - Dimensões de estudo do campo científico



Fonte: Elaboração própria. Baseada em SENHORAS (2015).

Em segundo lugar, a *dimensão epistemológica* da pesquisa sobre a Lei Maria da Penha está relacionada ao estudo da construção dos marcos de teorização sobre o tema, a qual é identificada a partir do mapeamento geral dos principais eixos temáticos de estudo existentes e que são auto-referenciados pela comunidade científica especializada da área, sendo estes eixos considerados premissas auxiliares ao núcleo ontológico.

Em terceiro lugar, a *dimensão ontológica* da pesquisa é identificada pelos componentes essenciais que são compartilhados pelos pesquisadores de diferentes matrizes ideológicas que compõem o campo científico de estudos sobre a Lei Maria da Penha, fundamentando-se na

abstração mínima de premissas básicas, os quais são caracterizados na área pelo conceito de violência.

A análise de cada uma destas dimensões permitirá compreender o campo científico de estudos sobre a Lei Maria da Penha, ao caracterizar tanto o perfil comparado das pesquisas e o conjunto de relações de autoridade e competência científica institucionalizada por pesquisadores destacados e por grupos de pesquisa reconhecidos na comunidade científica nacional da área (fenomenologia) quanto o objeto de estudo, por meio da identificação dos principais eixos temático-teóricos (epistemologia) e da apreensão de conceitos nucleares da área (ontologia).

CAPÍTULO 2

Evolução das Publicações Científicas
sobre a Lei Maria da Penha

EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

A emergência da Lei Maria da Penha como objeto de pesquisa tem adquirido crescente relevância científica desde o ano de 2006, uma vez que esta data marca a fundação de um novo perfil de política pública focalizada no país, bem como o surgimento de uma nova temática científica, a qual rapidamente se estruturou em um curto espaço de tempo como resposta reflexiva ao surgimento da Lei Federal 11.340/2006 (BRASIL, 2006).

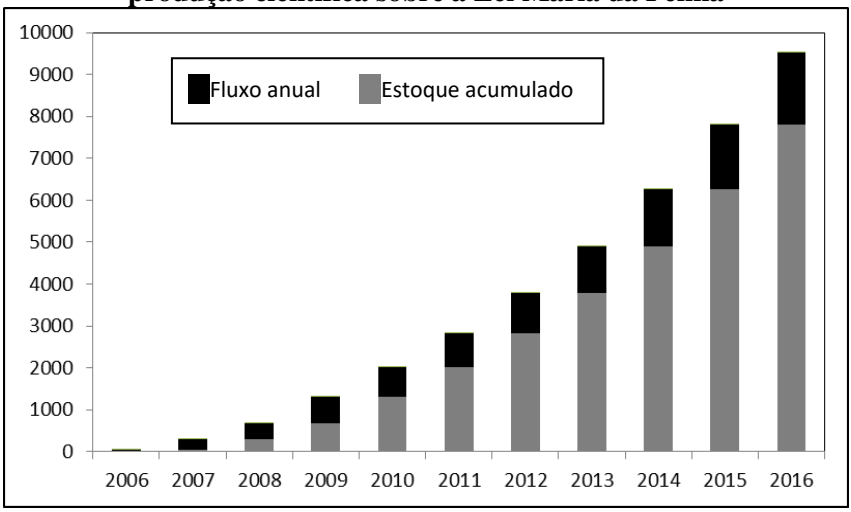
Com o nascimento de um novo marco legal no Brasil que tem por objetivo regulamentar um tema constitucional previsto no artigo 226, o de coibir a violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha se deslocou de uma posição marginal para o centro dos debates no país, corroborando assim tanto para provocar o surgimento de outros marcos normativos infraconstitucionais, como a Lei de Feminicídio, quanto, muito rapidamente, fomentar uma massa crítica de estudos científicos desde a sua implementação.

As repercussões fenomenológicas da Lei Maria da Penha trouxeram consigo desdobramentos funcionais no desenvolvimento de um campo científico de publicações, o qual é apreendido pela trajetória de crescimento de publicações em três fases, conforme dados recolhidos por meio de uma revisão integrativa na plataforma científica *Google Scholar*, utilizando-se de um enfoque bibliométrico que se alicerça em análise geral da produção científica total e análise específica dos textos mais citados[1].

[1] A vantagem da utilização da plataforma *Google Scholar* como base de filtragem do universo de publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha reside justamente na sua característica como plataforma de dados abertos, acessível, possibilitando, tanto, dimensionar o amplo universo de textos produzidos em livros, periódicos, congressos e portais científicos ao longo do tempo, quanto, selecionar a amostra de textos clássicos e novos considerados como "Estado da Arte" com base em um *ranking* de maior número de citações por parte da comunidade científica.

Por um lado, a trajetória evolutiva das publicações em *termos absolutos* é visualizada por um padrão de rápido crescimento em um curto lapso temporal (gráfico 1), o qual se explica em razão de um contínuo surgimento de novas publicações a cada ano a uma taxa de crescimento absoluto maior em relação ao ano anterior (fluxo anual), o que no médio e longo prazo repercutiu no adensamento do acervo total do campo de publicações (estoque acumulado).

Gráfico 1 - Evolução da produção científica sobre a Lei Maria da Penha



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2017).

Neste padrão de rápido crescimento absoluto, a produção científica evoluiu em escala (perfil quantitativo) e escopo (diversidade qualitativa) ao longo de uma periodização de uma década, na qual o ano de 2006, ao marcar o surgimento da Lei Maria da Penha, acaba registrando a produção inicial de um fluxo de 55 textos científicos em contraposição ao ano de 2016, quando 9511 textos compunham o

estoque do acervo total de publicações produzidas pela comunidade científica.

Por outro lado, a trajetória evolutiva das publicações sobre a Lei Maria da Penha em *termos relativos* é visualizada por um padrão de crescimento que passa por determinados padrões de inflexão ao longo da periodização de 2006 a 2016 em razão do perfil de mudança nas taxas de evolução incremental dos fluxos dos textos científicos produzidos, permitindo assim identificar três fases estruturais de crescimento, as quais possuem características específicas.

As três fases estruturais de crescimento das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha são identificadas por 3 pontos de inflexão na taxa de crescimento anual dos fluxos de novos textos publicados, sendo assim caracterizadas em suas especificidades, a fase 1 por um padrão de crescimento acelerado, a fase 2 por um padrão e crescimento com abrupta desaceleração, e, a fase 3 por um padrão de crescimento com desaceleração marginal.

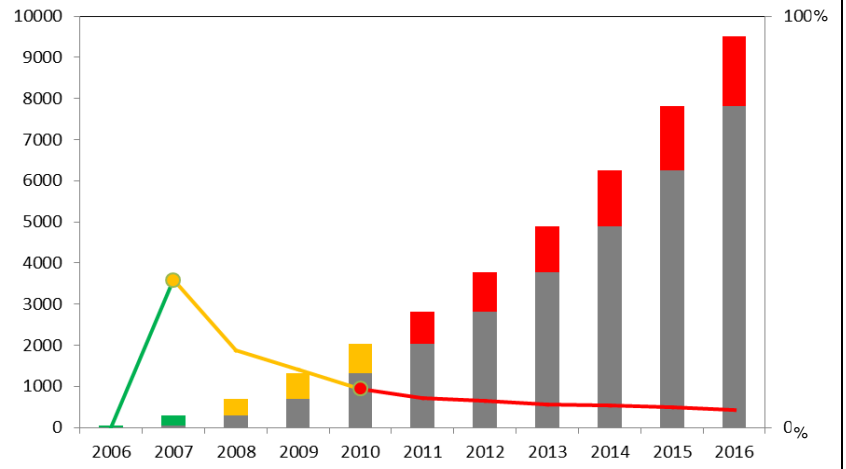
Na fase 1, identificada por um padrão de crescimento com aceleração crescente ao longo do breve período entre 2006 e 2007, há um estrutural momento de gestão embrionária em escala quantitativa (287 publicações) e escopo diversificado dos textos científicos (áreas: Multidisciplinar; Saúde Pública; Ciências Jurídicas; e Ciências Humanas), cuja aceleração crescente entre um ano e outro aumenta a uma taxa de 520%.

Na fase 2, caracterizada por um padrão de crescimento com abrupta desaceleração entre os anos de 2008 e 2010, a produção científica em termos absolutos cresce, mas com uma taxa de crescimento com forte desaceleração em relação à fase 1, a uma taxa média de crescimento de 195% (237% no ano de 2008, 191% no ano de 2009, e, 155% no ano de 2010).

Na fase 3, diferenciada por um padrão de crescimento com desaceleração marginal desde 2011, surge uma estabilização na taxa de crescimento dos fluxos de novas publicações científicas, a qual acontece de modo ainda que suavemente desacelerado com um ritmo de

crescimento médio de 130% (139% no ano de 2011, 134% em 2012, 129% em 2013, 128% em 2014, 125% em 2015 e 121% em 2016).

Gráfico 2 - Fases da produção científica sobre a Lei Maria da Penha



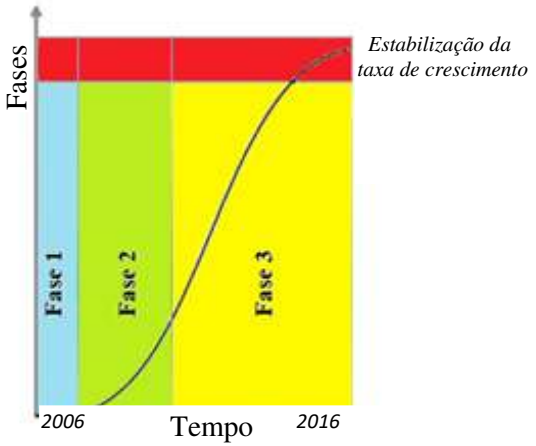
Fase 1	2006 a 2007	Padrão de crescimento com aceleração crescente
Fase 2	2008 a 2010	Padrão de crescimento com abrupta desaceleração
Fase 3	2011 a 2016	Padrão de crescimento com desaceleração marginal

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2017).

A evolução das publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha pode à luz das fases de crescimento ser enquadrada dentro um modelo de tipo ideal weberiano identificado na literatura como ciclo de vida (TAKEUCHI; SENHORAS, 2009; LIMA *et al.*2017), de onde são abstraídas as características de gestão embrionária na fase 1 (nascimento), desenvolvimento em escala na fase 2 (desenvolvimento), e, maturação científica na fase 2 (maturação).

Esta evolução do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha caracteriza-se inicialmente por um padrão de crescimento acelerado em escopo e principalmente escala, passando em 2008 por um padrão de crescimento desacelerado na escala da produção, até chegar a um padrão de crescimento maturado a partir de 2011 em que há estabilização na taxa da escala de crescimento.

Figura 2 - Fases do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha



2006 a 2007	Fase 1	*Gestação embrionária*	Crescimento com taxa acelerada na produção científica e com forte diversificação do escopo das publicações científicas
2008 a 2010	Fase 2	*Desenvolvimento em escala*	Desenvolvimento estrutural com produção em escala das publicações dentro de áreas previamente definidas na fase 1
2011 a 2016	Fase 3	*Maturação científica*	Estabilização no padrão de crescimento das publicações com base no escopo da fase 1 e escala da fase 2

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Takeuchi e Senhoras (2009); Lima *et al*. (2017).

Na fase 1 do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha, há uma complexa germinação de um campo científico com base na diversificação inicial de áreas e em um crescente número de publicações de vanguarda exploratórias sobre um marco legal novo com alto impacto fenomenológico.

Na fase 2 do ciclo de vida, as discussões sobre a Lei Maria da Penha passam a adquirir massa crítica em função de um crescimento absoluto de pesquisas e de grupos de pesquisa, o que repercute na consolidação de áreas temáticas, teorias e doutrinas que passam a conferir subsídios para a consolidação de uma comunidade científica.

Na fase 3, o ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha passa por um processo de estabilização na taxa de crescimento, o qual revela a maturação científica do campo de estudos frente aos seus pares internos de pesquisadores e grupos de pesquisa consolidados.

O ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha ao se estruturar em três fases demonstra uma dinâmica evolutiva permeada por pontos de inflexão quanto ao perfil das pesquisas e por consequência dos próprios pesquisadores e grupos de pesquisa envolvidos, haja vista em cada uma das etapas haver um adensamento em escala e escopo da própria comunidade científica.

1. Caracterização fenomenológica do campo científico sobre a Lei Maria da Penha

A caracterização fenomenológica do campo científico de pesquisas sobre a Lei Maria da Penha no Brasil está fundamentada em uma descrição imediata e exploratória dos atores que produzem pesquisa na temática por meio de um mapeamento das características de um amplo universo composto por pesquisadores e grupos de pesquisa que atuam no país.

Tomando como referência o procedimento de extração de dados brutos primários, utilizou-se a *Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que reúne informações institucionais de pesquisas no Brasil, para desenvolver um mapeamento do perfil de quem faz pesquisa no país, o que resultou na identificação de um universo de 216 grupos de pesquisa e o currículo de 10.026 pesquisadores cadastrados que trabalham direta ou indiretamente, isoladamente ou em rede com a temática da Lei Maria da Penha.

1.1. Caracterização dos pesquisadores

No universo de 10.026 pesquisadores que compõe a comunidade científica de estudos sobre a Lei Maria da Penha no Brasil, a ampla maioria é de brasileiros em contraposição a uma participação minoritária de apenas 22 pesquisadores de origem estrangeira que em sua maioria são residentes permanentes no país, o que corrobora inicialmente para uma apreensão de que o campo científico de estudos sobre a Lei Maria da Penha desenvolveu uma agenda com conteúdo claramente nacional e com baixo grau de internacionalização da pesquisa.

Por um lado, o grau de reticularização da pesquisa é considerado relativamente baixo a medida que a maioria das pesquisas é desenvolvida de modo isolado pelos pesquisadores (74,6%), de modo que apenas 1 a cada 4 pesquisadores está envolvido em um trabalho colaborativo de pesquisa desenvolvido em grupos de pesquisa, haja vista que se identificou somente 2542 pesquisadores filiados a pelo menos um grupo de pesquisa no país.

Por outro lado, a comunidade científica de pesquisa sobre a Lei Maria da Penha é caracterizada por um público de 2085 doutores com capacidade de liderança das agendas de pesquisa no país, em especial, quando se pensa que 1425 participam em grupos de pesquisa em trabalhos desenvolvidos com outros doutores, mas principalmente formando agendas de pesquisa com um universo de 7.941 de

pesquisadores de formação mais rasa, em cursos pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e graduação.

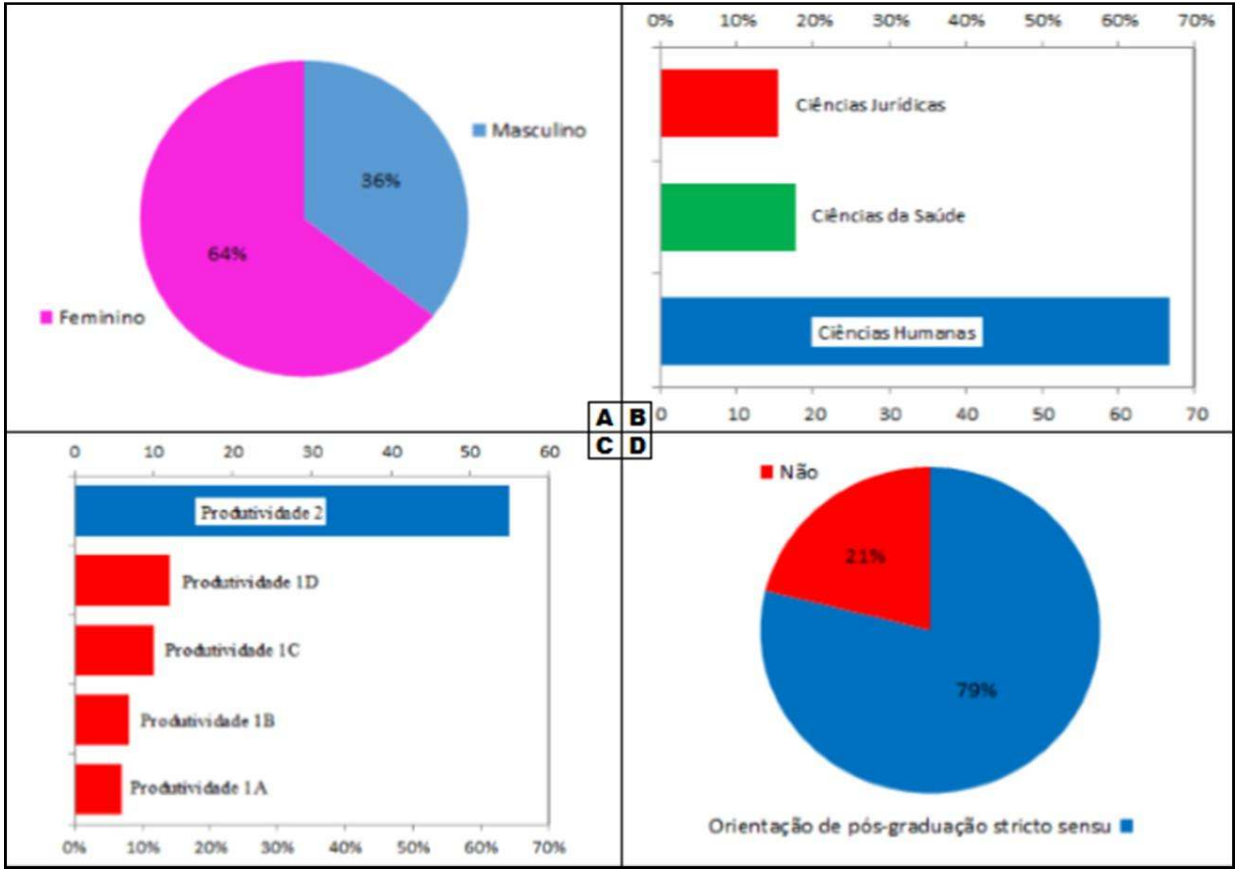
Em um campo científico composto majoritariamente por pesquisadores-estudantes (79%), a identificação dos profissionais que mais influenciam no desenvolvimento do campo científico torna-se relevante, razão pela qual no universo de pesquisadores com doutorado, composto por 2085 profissionais, foi feito um mapeamento dos pesquisadores que representam a elite produtiva, resultando em uma amostra de 90 pesquisadores que recebem bolsas científicas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O perfil de gênero dos pesquisadores de produtividade no Brasil é caracterizado majoritariamente por um público feminino (64%) em contraposição a uma presença modesta masculina (36%), justamente em uma área temática em que a experiência empírica do gênero se torna um fator reflexivo e impactante de enviesamento para a constituição de agendas de pesquisa fundamentas em conceitos trabalhados pelas correntes científicas feministas (gráfico 3A).

A concepção multidisciplinar crescentemente desenvolvida na área é perceptível de apreensão nos pesquisadores de produtividade, os quais majoritariamente são das áreas de Ciências Humanas (67%) e Ciências da Saúde (18%) em contraposição aos pesquisadores oriundos da área de Ciências Jurídicas que tradicionalmente possuem agendas disciplinares de pesquisa circunscritas a debates doutrinários e jurisprudenciais (gráfico 3B).

Quando analisado o perfil das bolsas de produtividade, observa-se que majoritariamente os pesquisadores são enquadrados pelos próprios pares em estágios de maturação inicial das agendas de pesquisa, com bolsas de ingresso na categoria de produtividade do tipo 2 (61%) em comparação a bolsas com maturação intermediária do tipo 1D, 1C e 1B (32%) ou com amplo reconhecimento qualitativo-temporal, do tipo 1A (7%) (gráfico 3C).

Gráfico 3 - Caracterização dos pesquisadores de produtividade sobre tema da Lei Maria da Penha



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

A própria identificação da capacidade de orientação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e a consolidação de redes intra-institucionais (dentro de uma instituição) e inter-institucionais de grupos de pesquisa (entre diferentes instituições) é um fator relevante para explicar a razão pela qual a maioria dos doutores (79%) acabam influenciando no desenvolvimento em escopo e escala do campo, haja vista a consolidação de vínculos de orientação e expansão do número de pesquisadores ou redes de parceria (gráfico 3D).

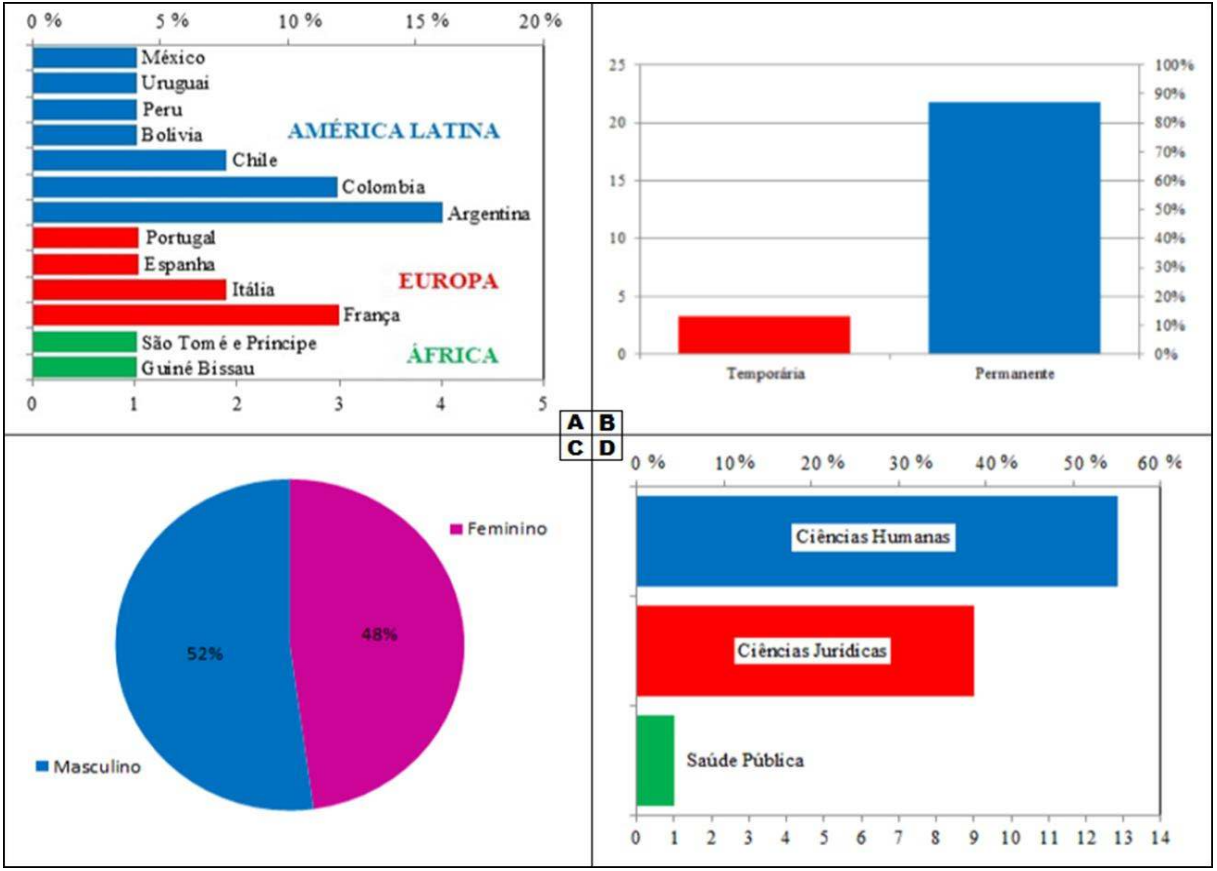
A análise da pesquisa sobre a Lei Maria da Penha sob a ótica internacionalista demonstra um baixo grau de internacionalização, tanto dos resultados das produções científicas (output), quanto da presença de pesquisadores estrangeiros que trabalhem diretamente ou indiretamente com a temática (input).

Por um lado, há um padrão de internacionalização centrífuga, de dentro para fora, caracterizado por uma produção concentradamente escrita em língua portuguesa, onde eventualmente surgem textos publicados em periódicos internacionais em língua estrangeira, principalmente espanhol e inglês.

Por outro lado, há um padrão de internacionalização centrípeta, de fora para dentro, qualificada por uma mínima participação estrangeira na produção científica (gráfico 4A), a qual quando acontece é caracterizada sob o prisma quantitativo por apenas 22 profissionais oriundos de três continentes, América Latina (59,1%), Europa de origem latina (31,9) e África pertencente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP (9%).

O universo de pesquisadores estrangeiros apresenta forte equilíbrio de gênero com uma participação masculina de 52% em contraposição a uma participação feminina de 48% (gráfico 4B) e com uma característica peculiar de 87% dos pesquisadores de origem estrangeira serem residentes no país e com filiação institucional em Instituições de Ensino Superior brasileiras como docentes (gráfico 4C), demonstrando assim uma residual cooperação internacional em termos de mobilidade de pesquisadores temporários.

Gráfico 4 - Caracterização dos pesquisadores estrangeiros que trabalham com a temática da Lei Maria da Penha no Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

As áreas de atuação dos pesquisadores estrangeiros são pertencentes majoritariamente a áreas soft como Ciências Humanas (55%) e Ciências Jurídicas (40%) em comparação a uma mínima participação de uma única área tradicionalmente classificada como hard, que é de Ciências da Saúde (gráfico 4D), a qual no Brasil se materializa por uma perspectiva altamente multidisciplinar e muito próxima às duas áreas previamente identificadas.

Com base nos dados apresentados sobre a internacionalização da pesquisa e dos pesquisadores estrangeiros no Brasil, observa-se uma clara produção nativa e direcionada para um público brasileiro, razão pela qual há um mínimo grau de mobilidade internacional de pesquisadores estrangeiros para o Brasil, materializado basicamente por três pesquisadores, os quais são oriundos respectivamente da França, México e Espanha.

1.2. Caracterização dos grupos de pesquisa

A caracterização dos grupos de pesquisa existentes no Brasil que versam direta ou indiretamente sobre Lei Maria da Penha partiu de um processo de extração de dados primários no *Diretório de Grupos de Pesquisa*, pertencente à *Plataforma Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da identificação das seguintes palavras-chave como *proxy*: "Lei Maria da Penha"; "Violência" + "Gênero"; "Violência + Mulher"; e, Feminicídio.

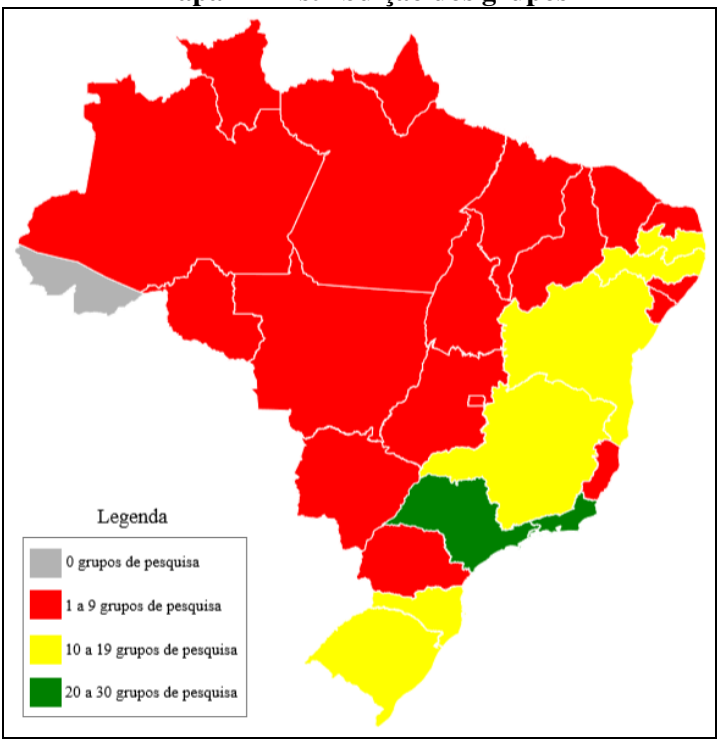
O mapeamento dos grupos de pesquisa desenvolvido na base de dados do *Diretório de Grupos de Pesquisa* (CNPq, 2018) possibilitou a identificação de 216 grupos de pesquisa que trabalham com a Lei Maria da Penha, cujos dados foram trabalhados tomando como referência 5 variáveis de análise: a) instituição de origem do grupo; c) ano de fundação; d) gênero do(s) pesquisador(es) líder(es); e, d) tipo de cooperação científica

A revisão sistemática dos grupos de pesquisa permitiu identificar que a evolução geracional dos grupos de pesquisa foi institucionalizada

por uma distribuição socioespacial assimétrica à medida que eles se desenvolveram em termos de distribuição quantitativa por estado de modo diferenciado a partir de uma alta concentração apenas em 2 estados - São Paulo e Rio de Janeiro - totalizando 49 grupos de pesquisa (23% do universo total).

Conforme se pode observar no mapa 1, os grupos de pesquisa que trabalham direta ou indiretamente com a Lei Maria da Penha estão circunscritos a quarto padrões de distribuição socioespacial entre as unidades federativas do país que se estruturam em um espectro que parte da ausência de grupos de pesquisas e chega a um elevado grupo de pesquisa.

Mapa 1 - Distribuição dos grupos



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

Por um lado, há uma polarização conformada por um padrão de distribuição socioespacial caracterizado pela ausência de grupos de pesquisa em apenas uma unidade federativa, o estado do Acre em contraposição ao padrão qualificado por uma forte concentração de grupos de pesquisa na macroregião Sudeste, nos estados de São Paulo (28 grupos de pesquisa) e Rio de Janeiro (21 grupos de pesquisa).

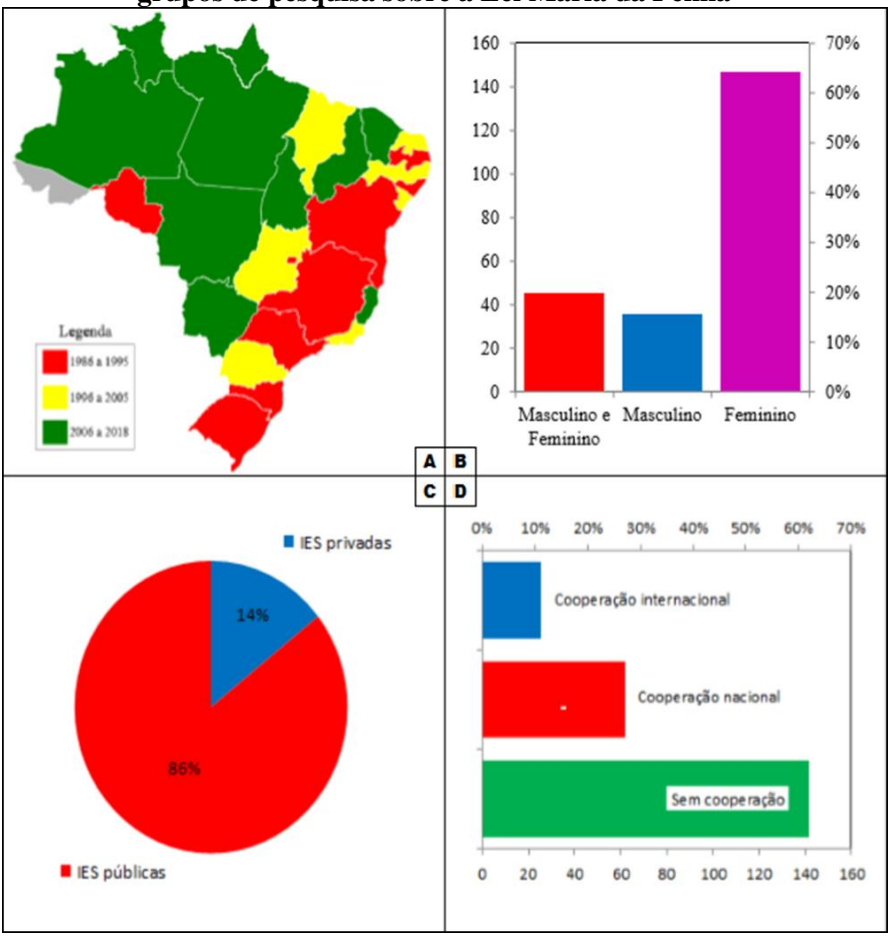
Por outro lado, entre as tendências de polarização encontram dois padrões sequenciais, onde é possível observar o caso padrão de distribuição socioespacial em que há um baixo número de grupos de pesquisa (1 a 9), em 13 estados advindos das diferentes macrorregiões brasileiras *vis-à-vis* ao caso do padrão marcado por uma quantidade mediana de grupos de pesquisa (10 a 19) em 6 estados pertencentes às macroregiões Sul, Sudeste e Nordeste.

A evolução numérica dos grupos de pesquisa sobre a Lei Maria da Penha permite identificar um recorte histórico de constituição do campo científico que é conformado por uma periodização geracional tripartite desenvolvida ao longo de uma década entre os anos de 1986 e 2016 (esquema 1A).

Nesta evolução, a primeira geração de grupos de pesquisa que versavam sobre a violência de gênero entre os anos de 1986 e 1995 trouxeram discussões embrionárias que se concentravam nas áreas de Ciências da Saúde e das Ciências Humanas, passando por um aumento ainda mais significativo dos grupos de Ciências Humanas na segunda geração entre os anos de 1996 e 2005, até chegar ao ano de 2006, quando a emergência da Lei 11.340/2006 trouxe consigo novos grupos de pesquisa não mais apenas das áreas de Saúde e Ciências Humanas, mas principalmente da área de Ciências Jurídicas.

O resultado da evolução quantitativa dos grupos de pesquisa trouxe consigo uma diversificação qualitativa do escopo das agendas de pesquisa, o que resultou em um perfil eclético das áreas de quem faz pesquisa sobre a Lei Maria da Penha, já que dos 216 grupos de pesquisa 44% deles são identificados por profissionais predominantemente da área de Ciências Humanas, 40% de Ciências da Saúde, 13% da área de Direito e 7% de outras áreas.

Esquema 1 - Caracterização dos grupos de pesquisa sobre a Lei Maria da Penha



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CNPq (2018).

Os grupos de pesquisa que trabalham direta ou indiretamente com a temática da Lei Maria da Penha são ainda identificados em suas características por uma forte concentração de 139 profissionais do gênero feminino como líderes de pesquisa nos grupo, o que representa

64% do universo, em comparação aos casos em que 20% há compartilhamento de liderança entre ambos os gêneros, ou ainda, apenas liderança do gênero masculino em 16% dos grupos (esquema 1B).

Conforme o esquema 1 C, os grupos que desenvolvem pesquisa na temática da Lei Maria da Penha são oriundos concentradamente de instituições públicas (86%) e que muito pouco estimulam parcerias institucionais além dos muros acadêmicos, já que 62% não possui qualquer rede de parcerias em contraposição a 38% dos que possui alguma cooperação científica ou financeira, dentre os quais 27% deles possui parceiros nacionais e apenas 11% parceiros internacionais (esquema 1D).

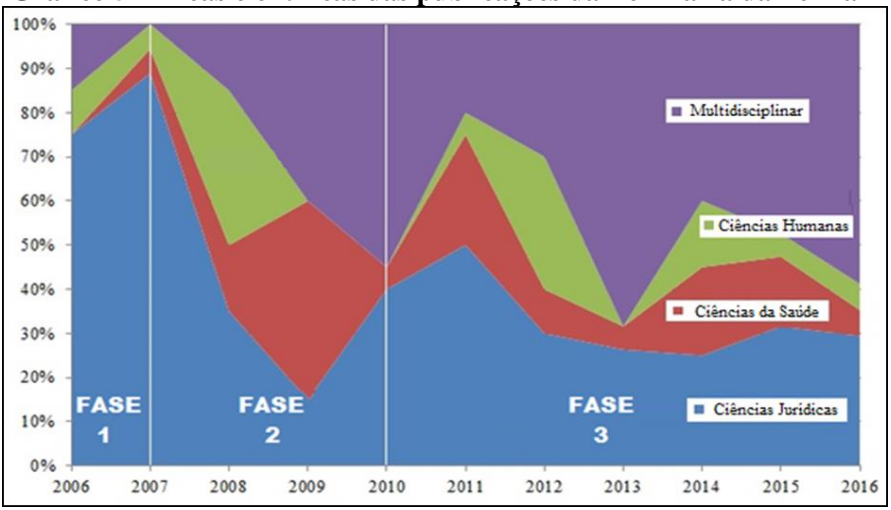
Feitas estão considerações, observa-se que a institucionalização de grupos de pesquisa que versam direta ou indiretamente sobre a temática da Lei Maria da Penha importa e tem uma evolução muito característica em três fases, embora seja ainda embrionária frente ao elevado número de 7484 pesquisadores (74,6%) que desenvolvem seus estudos científicos de modo independente no campo, sem maiores interlocuções em grupo ou rede.

2. Ciclo de vida do estado da arte sobre a Lei Maria da Penha segundo áreas de publicação

Em um amplo universo de 9511 textos, o perfil qualitativo do escopo diversificado de publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha pode ser visualizado na evolução do seu ciclo de vida a partir da identificação amostral e comparativa do perfil do estado da arte, o qual tomou como referência os 10 textos mais citados em cada uma das fases.

A produção científica considerada pelos pares científicos em termos de referenciamento como estado da arte é composto por um perfil concentrado de 4 grandes áreas de produção, quais são identificadas por ordem decrescente de participação: Ciências Jurídicas (40%); Multidisciplinar (36%); Ciências da Saúde (14%) e Ciências Humanas (10%).

Gráfico 5 - Áreas científicas das publicações da Lei Maria da Penha



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2017).

Na evolução do ciclo de vida da produção científica, algumas especificidades e tendências se tornaram claras quanto às áreas de publicação da amostra dos 30 textos mais citados do estado da arte, mas que não necessariamente são inteiramente replicadas à dinâmica de publicações do universo maior de pesquisas publicadas sobre a Lei Maria da Penha.

Em primeiro lugar, o estado da arte mostra sobre a Lei Maria da Penha apresenta uma trajetória evolutiva do seu ciclo de vida caracterizada por uma nítida tendência de concentração de publicações em apenas dois grandes eixos de áreas temáticas, fundamentados essencialmente na área disciplinar das Ciências Jurídicas e na área Multidisciplinar, as quais representam 76% do estado da arte publicado entre 2006 e 2016.

Em segundo lugar, a evolução do ciclo de vida do estado da arte sobre a Lei Maria da Penha apresenta uma inversão específica no perfil das publicações, as quais eram essencialmente categorizadas na área das Ciências Jurídicas na primeira fase entre 2006 e 2007, logo após a

aprovação da Lei Federal 11.340/2006, e passam crescentemente a serem produzidas pela área Multidisciplinar na segunda fase (37%) entre 2008 e 2010 e a partir de 2011 na terceira fase (43%).

Em terceiro lugar, a mudança do perfil concentrador das publicações do estado arte área de Ciências Jurídicas para Multidisciplinar a partir da fase 2 demonstra uma abertura numérica e qualitativa do perfil de pesquisadores, os quais deixam de fundamentar as discussões sobre recortes doutrinários e jurisprudenciais e passam cada vez mais a inserirem outros recortes teóricos e metodológicos, enriquecendo assim o debate e a análise empírica.

Em quarto lugar, as discussões disciplinares da área de Ciências Saúde, presentes em estudos de enfermagem, medicina e psicologia, ou, da área de Ciências Humanas, conduzidas por pesquisas principalmente da Sociologia, Educação e Ciência Política, a partir da fase 2, passam por um aumento significativo, representando 33%, embora muito rapidamente passem por uma metamorfose a partir da fase 3, quando deixam de ser discussões disciplinares e se tornam em discussões multidisciplinares.

Com base no ciclo de vida das publicações pertencentes ao estado da arte sobre a Lei Maria da Penha, observa-se que a crescente tendência de abertura teórica e metodológica acaba também se replicando em escala na produção do universo total de 9511 textos em função da tendência multidisciplinar conferida em especial pelas contribuições de pesquisadores que tradicionalmente são pertencentes à área de Saúde Pública, Ciências Humanas, ou, mesmo, das Ciências Jurídicas.

3. Caracterização epistemológica do estado da arte do campo científico sobre a Lei Maria da Penha

O esforço de caracterização da agenda de pesquisa sobre a Lei Maria da Penha necessariamente está vinculado à necessidade de ser mapear as particularidades existentes no período de rápido crescimento

epistemológico ou de construção do conhecimento, seja, a partir da identificação do estado da arte que balizou das principais discussões nas 3 fases de evolução do ciclo de vida da produção científica, seja, a partir da disposição dos principais eixos temáticos resultantes destas fases.

Em um primeiro momento, a identificação da literatura considerada como estado da arte em cada uma das fases torna-se relevante por justamente identificar o tipo de comunicação científica dos resultados de pesquisa, o perfil do pesquisador ou do grupo de pesquisa e sua origem institucional, proporcionando assim subsídios para se compreender porque um número limitado de pesquisas acaba influenciando a trajetória evolutiva do campo em função do padrão de auto-dependente de referenciamento do estado da arte, o que acaba circunscrevendo as pesquisa em determinadas trajetórias.

Na primeira fase do ciclo de vida das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha, a análise dos textos publicados entre os anos de 2006 e 2007 demonstra duas características estruturais que vão ser replicadas em escala nas fases 2 e 3, as quais são a co-autoria a partir de grupos de pesquisa e a divulgação científica dos resultados de pesquisa majoritariamente no formato de artigo e de modo marginal em livros.

O mapeamento do estado da arte na primeira fase do ciclo de vida das publicações científicas sobre a Lei Maria da Penha demonstra um perfil de textos fundamentados inicialmente em abordagens exploratórios, explicativas e descritivas sobre a nova legislação, razão pela qual há uma concentração de textos da área jurídica, os quais são publicados em periódicos de rápida publicação (revistas de natureza fast track) ou em editoriais especializados (livros).

Por um lado, a conformação do estado da arte fundamentada em discussões jurídicas acontece de modo não aleatório, mas antes reflete a necessidade de se explorar um tema novo sob o prisma doutrinário e jurisprudencial, tendo base em dois grandes núcleos de divulgação relacional das pesquisas, tanto, o periódico mensal Jus Navigandi, quanto, na editora Revista dos Tribunais, responsável pela publicação dos dois primeiros livros na temática.

Quadro 1 - Estado da arte das publicações na fase (2006-2007)

Pesquisador(a)	Publicação	Ano	Obra	Citações
Maria Benedice Dias	Livro	2007	DIAS, M. B. *Lei Maria da Penha na Justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.	145
Nadirlene Pereira Gomes *et al.*	Artigo	2007	GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. "Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração". *Acta Paulista de Enfermagem*, vol. 20, n. 4, 2007.	103
Leonardo Barreto Moreira Alves	Artigo	2007	ALVES, L. B. M. "O reconhecimento legal do conceito Moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha". *Revista Brasileira de Direito de Família*, vol. 8, n. 39, 2007.	52
Fabrício da Mota Alves	Artigo	2006	ALVES, F. M. "Lei Maria da Penha: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher". *Jus Navigandi*, ano 10, n. 1133, 2006.	44
Marcelo Lessa Bastos	Artigo	2006	BASTOS, M. L. "Violência doméstica e familiar contra a mulher. ´Lei Maria da Penha´. Alguns comentários". *Jus Navigandi*, ano 10, n. 1189, 2006.	32
Rogério Sanches Cunha; Ronaldo Batista Pinto	Livro	2007	CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. *Violência Doméstica*. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.	30
Elisa Girotti Celmer; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	Artigo	2007	CELMER, E. G.; AZEVEDO, R. G. "Violência de Gênero, Produção Legislativa e Discurso Punitivo – Uma Análise da Lei nº 11.340/2006". *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, ano 14, n. 170, 2007.	28
Rita Schmidt	Artigo	2006	SCHMIDT, R. "Refutações ao feminismo: (Des)compassos da cultura letrada brasileira". *Revista Estudos Feministas,* vol. 14, n. 3, 2006.	26
Eduardo Luiz Santos Cabette	Artigo	2006	CABETTE, E. L. S. "Anotações críticas sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher". *Jus Navigandi*, ano 10, n. 1146, 2006.	20
Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo; Rodrigo Viana Saraiva	Artigo	2006	RABELO, I. F. A.; SARAIVA, R. V. "A Lei Maria da Penha e o reconhecimento legal da evolução do conceito de família". *Jus Navigandi*, ano 10, n. 1.170, 2006.	18

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2017).

Por outro lado, a concentração de estudos classificados como estado da arte devido ao elevado número de citações possui em comum uma origem institucional dos pesquisadores, os quais são ligados normalmente a instituições das regiões Sul e Sudeste, onde décadas anteriores à aprovação da Lei Maria da Penha já existiam políticas e instituições especializadas ou ainda discussões cristalizadas sobre a temática da violência de gênero.

Na segunda fase do ciclo de vida das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha, entre 2008 e 2010, a construção epistemológica do estado da arte deixa de ser vinculada apenas às discussões jurídicas de natureza doutrinária e jurisprudencial e passa cada vez mais a estar fundamentada em novos debates multidisciplinares ou disciplinares das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas com base em novos recortes teóricos e metodológicos que valorizam a empiria de estudos de casos.

Nesta fase, o perfil das pesquisas se modifica qualitativamente rumo a uma tendência de produção científica com base em um sistema de co-autoria, onde grupos de pesquisa adquirem maior relevância em relação a pesquisadores individualizados, bem como na pulverização dos veículos de divulgação que passam a ser periódicos de diferentes áreas, com destaque às revistas de Saúde Pública que valorizam a multidisciplinaridade.

Enquanto os estudos jurídicos dominaram a produção científica do estado da arte sobre a Lei Maria da Penha na primeira fase, entre os anos de 2006 e 2007, por sua vez, os estudos multidisciplinares tomam destaque na segunda fase, entre 2008 e 2010, com um perfil de publicações concentradamente divulgado em periódicos multidisciplinares da área de Saúde Pública ou disciplinares da área de Ciências Humanas.

O próprio equilíbrio de gênero que foi característico na primeira fase abre espaço para uma crescente participação feminina na produção científica sobre a temática da Lei Maria da Penha, o que é respaldado pelo crescente relato de experiência profissional e que, por conseguinte repercute no surgimento de uma tendência de estudos de campo.

Quadro 2 - Estado da arte das publicações na fase 2 (2008 a 2010)

Pesquisador(a)	Publicação	Ano	Obra	Citações
Maria Berenice Dias	Livro	2008	DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na Justiça*. A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.	257
Guita Grin Debert; Maria Filomena Gregori	Artigo	2008	DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. "Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 66, 2008.	210
Clara de Jesus Marques Andrade; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca	Artigo	2008	ANDRADE, C. J. M.; FONSECA, R. M. G. S. "Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da Família". *Revista da Escola de Enfermagem USP*, vol. 42, n. 3, 2008.	85
Daniel Costa Lima *et al.*	Artigo	2008	LIMA, D. C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D. A. "Homens, gênero e violência contra a mulher". *Saúde e Sociedade,* vol. 17, n. 2, 2008.	75
Liliane Nascimento de Santi *et al*.	Artigo	2010	SANTI, L. N.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. "Percepção de Mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social". *Revista Texto e Contexto de Enfermagem,* vol. 19, 2010.	74
Benedito Medrado; Ricardo Pimentel Méllo	Artigo	2008	MEDRADO, B.; MELLO, R. P. "Posicionamentos Críticos e Éticos Sobre a Violência Contra As Mulheres". *Psicologia & Sociedade*, n. 20, Edição Especial, 2008.	67
Liliana Maria Labronici *et al*.	Artigo	2010	LABRONICI L. M.; FERRAZ, M. I. R.; TRIGUEIRO, T. H.; FEGADOLI, D. "Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria". *Revista da Escola de Enfermagem USP*, vol. 44, 2010.	62
Leides Barroso Azevedo Moura *et al.*	Artigo	2009	MOURA, L. B. A.; GANDOLFI, L.; VASCONCELOS, A. M. N.; PRATESI, R. "Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF". *Revista de Saúde Publica*, vol. 43, n. 6, 2009.	58
Cecília MacDowell Santos	Artigo	2010	SANTOS, C. M. "Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol.89, 2010.	53
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	Artigo	2008	AZEVEDO, R. G. "Sistema penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06". *Sociedade e Estado,* vol. 23, n. 1, 2008.	51

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2017).

Na terceira fase do ciclo de vida das produções científicas sobre a Lei Maria da Penha, entre 2011 e 2016, as diversificações materializadas no período anterior adquirem maior escala, o que torna o recorte multidisciplinar no debate predominante como estado da arte e com maior influência na constituição multidisciplinar do campo científico, dado o aumento da magnitude das citações.

A trajetória científica passa estar cada vez mais condicionada a pesquisas com divulgação científica no formato de artigos e em periódicos multidisciplinares com elevado ranking classificatório no sistema Qualis-Capes, destacando-se revistas muldisciplinares da área de Saúde Pública que possuem ampla repercussão e que valorizam o diálogo de diferentes perfis profissionais ou de formação básica.

A combinação de revisão bibliográfica e documental com estudos de casos se torna em uma tendência metodológica na produção científica do estado da arte a partir a terceira fase, o que reflete a maturação de pesquisas com análise sobre a efetividade e os impactos da Lei Maria da Penha na sociedade, repercutindo por meio das citações na constituição de um campo científico que continua predominantemente sendo teórico e normativo, mas que passa a ser cada vez mais influenciado pela análise empírica de dados primários obtidos em campo.

Não é por acaso que dada a crescente relevância dos estudos de caso a partir da terceira fase na produção do estado da arte, surge destaque para pesquisas comparativas com base em dados primários em termos nacionais, como o estudo de WAISELFISZ, 2012 que adquire elevadíssimo índice de referenciamento (525 citações) e se torna em um balizador da trajetória de publicações sobre avaliação da violência no Brasil juntamente com pesquisas das fases 1 e 2, tal como os textos doutrinários de DIAS (2007) e DIAS (2008), totalizando 402 citações, e, os textos teóricos de GOMES et al (2007) e DEBERT e GREGORI (2008), totalizando 313 citações.

Quadro 3 - Estado da arte das publicações na fase 3 (2011-2016)

Pesquisador (a)	Publicação	Ano	Obra	Citações
Júlio Jacobo Waiselfisz	Livro	2012	WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil 2012.* Brasília: Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos; 2012.	525
Stela Nazareth Meneghel *et al*.	Artigo	2011	MENEGHEL, S. N.; BAIRROS, F.; MUELLER, B.; MONTEIRO, D., OLIVEIRA, L. P.; COLLAZIOL, M. E. "Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil". *Caderno de Saúde Pública,* vol. 27, n. 4, 2011.	73
Lila Maria Gadoni-Costa *et al*.	Artigo	2011	GADONI-COSTA L. M.; ZUCATTI A. P. N.; DELL'AGLIO, D. D. "Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher". *Estudos de Psicologia*, vol. 28, n. 2, 2011.	64
Wilza Vieira Villela *et al*.	Artigo	2011	VILLELA, W. V.; VIANNA, L. A. C.; LIMA, F. P.; SALA, D. C. P.; VIEIRA, T. F.; VIEIRA, M. L.; OLIVEIRA, E. M. "Ambiguidades e Contradições no Atendimento de Mulheres que sofrem violência". *Saúde e Sociedade*, vol. 20, n. 1, 2011.	59
Leila Posenato Garcia *et al*.	Artigo	2013	GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; SILVA, G. D. M.; HÖFELMANN, D. A. "Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil". *Portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: IPEA, 2013.	51
Denire Holanda da Fonseca *et al*	Artigo	2012	FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. "Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais". *Psicologia & Sociedade,* vol. 24, n. 2, 2012.	50
Lara Costa Santos *et al*.	Artigo	2014	SANTOS, K. M.; SANTOS, L. C.; LIMA, L. S. R.; BRITO, L. S.; SILVA, Y. F.; GONÇALVES, H. "A violência doméstica contra a mulher por companheiro e a Lei Maria da Penha". *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Unit*, vol.1, n. 2, 2014.	38
Lourdes Maria Bandeira	Artigo	2014	BANDEIRA, L. M. "Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação". *Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 2, 2014.	36
Débora Alves Maciel	Artigo	2011	MACIEL, D. A. "Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.26, n.77, 2011.	35
Kátia Lenz Cesar de Oliveira; Romeu Gomes	Artigo	2011	OLIVEIRA, K. L. C.; GOMES, R. "Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros". *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 16, n. 5, 2011.	33

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2017).

Conclui-se com base nos resultados apresentados nos quadros sintéticos de cada uma das fases do ciclo de vida de produções científicas citadas como estado da arte que a trajetória epistemológica do campo científico sobre a Lei Maria da Penha evoluiu de discussões experimentais de natureza doutrinária e jurisprudencial rumo a discussões etnográficas e avaliativas de natureza híbrida, combinando recortes histórico-teórico-normativos com estudos de caso.

CAPÍTULO 3

Estado da Arte no Campo Científico
sobre a Lei Maria da Penha

ESTADO DA ARTE NO CAMPO CIENTÍFICO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

Em um campo científico que passou por um rápido crescimento em escala e escopo sobre a Lei Maria da Penha, devido à complexidade epistemológica conformada pela plural presença de diferentes áreas disciplinares e multidisciplinares, o eventual uso de um tradicional procedimento metodológico de revisão bibliográfica e documental poderia gerar inconsistências analíticas questionáveis em termos de seleção aleatória, subjetiva ou mesmo ideológica dentro de um universo elevado de textos.

Neste sentido, a fim de caracterizar o núcleo ontológico sobre as pesquisas científicas sobre a Lei Maria da Penha de modo a atingir o maior grau de objetividade possível, o presente estudo adotou o procedimento de revisão integrativa, o qual permite levantar os temas centrais neste campo científico tomando como referência os textos científicos que mais influência possuem devido aos seus indicadores quantitativos de natureza bibliométrica.

A caracterização ontológica ou dos elementos essenciais do campo científico de estudos sobre a Lei Maria da Penha é construída por meio do procedimento de revisão integrativa à medida que ele se fundamenta, primeiro, na identificação, e segundo, na integração do estado da arte na literatura científica por meio de um processo de dupla filtragem que utiliza um critério quantitativo inclusivo dos textos mais citados pela literatura e um critério qualitativo exclusivo dos textos que se desviam do assunto.

O primeiro corte existente no universo de 9511 textos foi realizado por meio da seleção daqueles 500 mais citados, os quais foram lidos parcialmente se utilizando das seções de resumo ou introdução. Após a leitura foi realizado um segundo corte, sendo selecionados apenas os 100 textos mais citados e com plena adequação ao assunto da investigação.

Uma vez feita a leitura dos 100 textos, uma nova filtragem quali-quantitativa foi desenvolvida, resultando na seleção de apenas 10 artigos e 15 temas-chave, os quais foram utilizados na construção de uma matriz, identificada, no plano horizontal, pelos textos considerados estado da arte, e, no plano vertical, pelas 15 variáveis de convergência ontológica na temática sobre a Lei Maria da Penha.

Em um primeiro momento, a identificação do estado da arte partiu de um universo de 9511 textos publicados no período de 2006 a 2016, o que resultou na construção de um eixo horizontal com um corte quantitativo da amostra das 30 publicações mais citadas em cada uma das fases do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha.

A construção do eixo horizontal foi fundamentada em um processo de duplas rodadas de filtragem quantitativa dos textos científicos mais citados. Na 1ª rodada houve a leitura apenas das seções de resumo e introdução, e, 2ª rodada, a leitura textual foi integral.

Na construção do eixo horizontal da revisão integrativa, observa-se que o estado da arte na literatura científica sobre a Lei Maria da Penha possui tanto uma natureza reticular, oriunda de um número acentuado de trabalhos em co-autoria, quanto um perfil de pesquisadores conformado distintas formações.

Em um segundo momento, a integração do estado da arte na literatura científica por meio de um corte qualitativo dos principais temas identificados nas 10 publicações mais citadas entre 2006 e 2016 possibilitou a construção de um eixo vertical onde foi possível identificar 7 categorias temáticas e 15 variáveis de convergência ontológica no campo científico sobre a Lei Maria da Penha.

A construção do eixo vertical, também foi alicerçada em uma dupla filtragem, porém, de natureza qualitativa, em uma primeira rodada, com a seleção de palavras-chave e marcos teóricos, e, em uma segunda rodada a partir da comparação e hierarquização numérica dos principais eixos temáticos existentes.

Quadro 4 - Categorias temáticas do estado da arte sobra a Lei Maria da Penha

Núcleo ontológico	%	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
Tema											
Tema Central	*60%*										
Tema Secundário	*40%*										
Metodologia											
Estudos de Revisão	60%										
Estudos de Caso	*40%*										
Objeto de análise											
Violência	100%										
Feminicídio	10%										
Fundamento conceitual											
Gênero	70%										
Norma	30%										
Foco político											
Instituições públicas	60%										
Legislação	40%										
Foco social											
Vitima	80%										
Agressor	30%										
Eixos de discussão											
Segurança	60%										
Saúde	50%										
Justiça	30%										

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: [1] Waiselfisz (2012); [2] Dias (2008); [3] Debert; Gregori (2008); [4] Gomes *et al.* (2007); [5] Andrade; Fonseca (2008); [6] Lima *et al.* (2008); [7] Santi *et al.* (2010); [8] Meneghel *et* al. (2011); [9] Medrado; Mello (2008); [10] Gadoni-Costa *et al.* (2011).

Na construção do eixo vertical da revisão integrativa, registra-se, por sua vez, que o ecletismo temático que foi estabelecido pelas produções científicas pertencentes ao estado da arte repercutiu na conformação de uma genuína agenda temática de hibridação entre teoria e prática, ou, propriamente entre abstração e empiria sobre a Lei Maria da Penha.

A construção de um quadro sintético da revisão integrativa esteve alicerçada em uma dupla filtragem que resultou no cruzamento do eixo horizontal de natureza quantitativa, onde está a disposição dos 10 textos mais relevantes à luz bibliométrica do número de citações, com o eixo vertical de natureza qualitativa, onde foram extraídos 7 categorias temáticas e 15 variáveis de convergência ontológica no campo científico sobre a Lei Maria da Penha.

A disposição visual proporcionada pelo cruzamento dos eixos da revisão integrativa permitiu identificar à luz do que é considerado o estado da arte das publicações científicas na temática da Lei Maria da Penha em termos de citação, um enquadramento epistemológico de categorias temáticas centrais, estas que são hierarquizadas em três polos com alta, média e baixa recorrência, demonstrando o que é central (verde), recorrente (amarelo), ou, acessório (vermelho) em qualquer estudo na temática.

Em primeiro lugar, a categoria tema, evidencia como a Lei Maria da Penha é explorada pelo estado da arte, proporcionado assim um critério de corte ou de foco de análise pela literatura científica nacional, seja como objeto-fim das pesquisas onde é explorada como tema central (60%), seja como objeto-meio das pesquisas, sendo explorada como um tema secundário ou mesmo secundário dentro de outros temas maiores (40%).

Em segundo lugar, a categoria metodologia, apresenta a característica predominante ou majoritária quanto aos procedimentos metodológicos de levantamento de dados, os quais são concentrados em estudos de revisão (60%), com base em revisões bibliográficas (doutrina e teoria) e documental (legislação e jurisprudência), embora com recorrente e crescente utilização de estudos de caso (40%), a partir da 3ª

fase do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha desde o ano de 2011.

Em terceiro lugar, a categoria objeto de análise, comprova a partir da amostra de publicações do estado da arte que a volumosa e complexa produção científica sobre a Lei Maria da Penha toma a violência (100%) como único objeto comum nas discussões e debates existente neste campo científico, de modo que, raramente surgem outras abordagens complementares sobre objetos também importantes, como o feminicídio (10%).

Em quarto lugar, a categoria fundamento conceitual, demonstra que independente do perfil epistemológico das pesquisas existe uma clara convergência para 2 variáveis conceituais ontológicas, as quais são genericamente identificadas pelo uso do termo gênero (70%), com enfoque na identidade social construída, bem como pela utilização marginal da norma (30%), com enfoque para discussões essencialmente jurídicas sobre os dispositivos normativos da Lei Maria da Penha.

Em quinto lugar, a categoria foco político, introduz a compreensão de que o foco estatal na produção cientifica sobre a Lei Maria da Penha é concentrado em dois eixos, tanto, sobre as instituições públicas (60%), que direta ou indiretamente lidam com a temática da violência de gênero, quanto, sobre a legislação (40%), com foco na própria Lei Federal 11.340/2006 e em outros marcos normativos que versam sobre a temática de violência de gênero.

Em sexto lugar, a categoria foco social é apresentada no estado da arte sobre a Lei Maria da Penha com uma ótica essencialmente centralizada sobre a vítima (80%) em comparação à lacuna analítica ao agressor, que na eventual existência de foco é caracterizada como rarefeita frente a vítima (30%), demonstrando assim janelas de oportunidades para a construção das futuras pesquisas e para o próprio Poder Público planejar ações e políticas de natureza preventiva.

Em sétimo lugar, a categoria eixos de discussão expõe como as pesquisas sobre a Lei Maria da Penha se estruturam em três grandes eixos de políticas públicas de modo a evidenciar que as discussões apresentadas com foco em Segurança Pública são predominantes (60%)

e com frequente recorrência de debates no âmbito da Saúde Pública (50%) em comparação ao modo mais restrito que são apresentadas discussões relacionadas à Justiça (30%).

Com base na revisão integrativa do estado da arte das publicações sobre a Lei Maria da Penha foi possível identificar que as categorias temáticas revelam uma compreensão do perfil eclético da produção científica em termos metodológicos e com foco central ou complementar sobre a Lei Federal 11.340/2006, de onde as discussões sobre a violência com foco na vítima mulher é uma marca característica de um campo científico que se consolida de modo incremental por meio de análises multidisciplinares e institucionais voltadas principalmente ao campo das políticas públicas de Segurança e Saúde Pública.

INDICAÇÕES CONCLUSIVAS

INDICAÇÕES CONCLUSIVAS

Este livro concebeu a análise sistemática e integrativa dos estudos sobre a Lei Maria da Penha tomando como referência a construção teórica do campo científico e a identificação de sua estruturação quanto ao perfil dos pesquisadores, dos grupos de pesquisa e da produção científica, mapeando o campo científico na primeira década de existência da Lei Federal n. 11.340/2006 entre os anos de 2006 e 2016

Com base nesta pesquisa foram obtidos resultados determinantes para a conclusão do presente estudo, os quais estão relacionado à evolução do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha, à caracterização dos pesquisadores e dos grupos de pesquisa; ao ciclo de vida das produções; ao estado da arte, e, à revisão integrativa do núcleo ontológico do estado da arte das publicações sobre a Lei Maria da Penha.

Em primeiro lugar, quanto à evolução do ciclo de vida da produção científica sobre a Lei Maria da Penha o presente estudo elaborou uma periodização na qual estão identificadas três fases, as quais revelam um padrão de crescimento inicial, passando por um padrão de desaceleração, e um padrão de crescimento maturado a partir do ano de 2011.

Em segundo lugar, quanto à caracterização dos pesquisadores se observou um universo de 10.026 profissionais, os quais majoritariamente são identificados por um perfil mulheres, estudantes brasileiros, vinculados a cursos de graduação e pós-graduação, de modo que existem 2.085 doutores e 7.941 pesquisadores de formação mais rasa.

Em terceiro lugar, a caracterização dos grupos de pesquisa partiu do mapeamento de 216 grupos cadastrados no Diretório de Pesquisa no CNPq demonstra que eles estão

distribuídos em quase todos estados brasileiros, são oriundos majoritariamente de Instituições Públicas de Ensino Superior, bem como apresentam um baixo nível de cooperação interinstitucional e um perfil eclético das áreas de pesquisa.

Em quarto lugar, o estado da arte identificado na pesquisa apresentou mudanças qualitativas na evolução do seu ciclo de vida, uma vez que se observou que o campo científico evoluiu de discussões doutrinárias para estudos de casos e por meio de análises multidisciplinares e institucionais voltadas principalmente ao campo das políticas públicas de Segurança e Saúde Pública.

Em quinto lugar, a revisão integrativa resultou na caracterização dos elementos essenciais do campo científico de estudos da lei e do estado da arte das suas publicações sendo possível identificar o perfil eclético da produção científica resultando na assertiva de que a Lei Maria da Penha é fruto de evolução institucional do estado e divisor de águas nas políticas públicas de enfrentamento e à violência contra a mulher.

Conclui-se com base nos resultados obtidos que a Lei Federal n. 11.340/2006, ou Lei Maria da Penha como é popularmente conhecida, trata-se de um objeto temático com rápido crescimento na produção científica brasileira por parte de pesquisadores isolados ou em grupos de pesquisa, os quais apresentam forte tendência multidisciplinar, participação feminina e difusa espacialidade no território nacional.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. J. M.; FONSECA, R. M. G. S. "Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da Família". **Revista da Escola de Enfermagem USP**, vol. 42, n. 3, 2008.

BOURDIEU, P. "O campo científico". *In*: ORTIZ, R. (org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Brasília: Planalto, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em: 06/04/2018.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. "Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66, 2008.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes**. Disponível em <www.lattes.cnpq.br>. Acessado em 15/05/2018.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DIAS, M. B. **Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco, 1977.

GADONI-COSTA L. M.; ZUCATTI A. P. N.; DELL'AGLIO, D. D. "Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher". **Estudos de Psicologia**, vol. 28, n. 2, 2011.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. "Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração". **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 20, n. 4, 2007.

GOOGLE SCHOLAR. **Plataforma eletrônica Google Scholar**. Disponível em: <www.scholar.google.com>. Acesso em 15/12/2017.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

LAKATOS, I. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Editora Alianza Universidad, 1983.

LIMA, D. C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D. A. "Homens, gênero e violência contra a mulher". **Saúde e Sociedade**, vol. 17, n. 2, 2008.

LIMA, F. S. S.; MERCHÁN-HAMANN, E.; URDANETA, M.; DAMACENA, G. N.; SZWARCWALD, C.L. **"**Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades Brasileiras". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 33, n. 2, 2017.

MEDRADO, B.; MELLO, R. P. "Posicionamentos Críticos e Éticos Sobre a Violência Contra As Mulheres". **Psicologia & Sociedade**, n. 20, Edição Especial, 2008.

MENEGHEL, S. N.; BAIRROS, F.; MUELLER, B.; MONTEIRO, D., OLIVEIRA, L. P.; COLLAZIOL, M. E. "Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil". **Caderno de Saúde Pública**, vol. 27, n. 4, 2011.

SANTI, L. N.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. "Percepção de Mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social". **Revista Texto e Contexto de Enfermagem**, vol. 19, 2010.

SENHORAS, E. M. "A episteme da Geografia das Relações Internacionais". **Revista Intellector**, vol. XI, n. 22, 2015.

TAKEUCHI, K. P.; SENHORAS, E. M. **Planejamento e gestão estratégica da inovação no desenvolvimento de produtos**. Maringá: EDUEM, 2009.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil Brasília: Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos; 2012.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras é bacharel em Direito; especialista pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal; e, mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. É Delegada da Polícia Civil do Estado de Roraima e como pesquisadora se dedica às temáticas jurídicas e de Segurança Pública. Email para contato: candidasenhoras@gmail.com



Elói Martins Senhoras é economista e cientista político, especialista, mestre, doutor e post-doc em Ciências Jurídicas. Coordenador da Coleção de Livros "Comunicação e Políticas Públicas", é pesquisador e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) em cursos de graduação e pós-graduação *stricto* e. *lato sensu*. Email para contato: eloisenhoras@gmail.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

COLEÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 100 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 981235533 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net